

IV Plano de Ação Federal para a Zona Costeira

2017/2019



Presidência da República

Michel Temer

Ministério do Meio Ambiente

José Sarney Filho

Secretaria Executiva

Marcelo Cruz

Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

Jair Vieira Tannus Junior

Departamento de Gestão Ambiental Territorial

Raimundo Nonato Castelo Cordeiro Filho

Ministério da Defesa

Raul Jungmann

Secretaria Executiva

Joaquim Silva e Luna

Marinha do Brasil

Almirante de Esquadra - Eduardo Bacellar Leal Ferreira

Secretário da Comissão Interministerial para Recursos do Mar

Contra-Almirante - Renato Batista de Melo

Subsecretário para o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira

Capitão de Mar e Guerra (Ref^o) - Celso Moraes Peixoto Serra

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro

Régis Pinto de Lima

Angelita de Souza Coelho

Salomar Mafaldo de Amorim Junior

Diego Pereira de Oliveira

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)
Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)
Membros do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)

Ministério do Meio Ambiente

Raimundo Nonato Castelo Cordeiro Filho
Régis Pinto de Lima

Ministério das Relações Exteriores

Paulo José Chiarelli Vicente de Azevedo
Rodrigo Almeida

Ministério dos Transportes

Adilson Abade da Silva
Cibele Dutra de França

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Eduardo von Glehn Nobre

Ministério de Minas e Energia

Renato Lima Figueiredo Sampaio

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Fábio Ribeiro Servo
Alexandre Sérgio Piovesan

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

Felipe Moraes Santos
Andréa Cancela da Cruz-Kaled

Ministério do Turismo

Gabrielle Nunes de Andrade
Ana Carla Fernandes Moura

Ministério da Integração Nacional

José Mauro Martini
Cássio Guilherme Rampinelli

Ministério das Cidades

Celso Nigro Engracia de Oliveira
Denise Schuler

Secretaria de Portos da Presidência da República

Rafaela Dias Pires
Bruna Marques Araújo Fernandes

Ministério Público Federal

Gisele Elias de Lima Porto Leite
Flávio Paixão de Moura Junior

Estado-Maior da Armada

Teresa Cristina Cavalcanti Soares
Rubinei dos Santos Silva

Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

Celso Moraes Peixoto Serra

Vitória Régia Coelho Costa

Secretaria do Patrimônio da União

André Luís Pereira Nunes
Thaís Brito de Oliveira

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Larissa Carolina Amorim dos Santos
Henrique Anatole C. Ramos

Empresa de Petróleo Brasileiro S/A

Ricardo Dantas Gadelha de Freitas
José Antônio Sales de Melo

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Ana Paula Leite Prates
Kátia Torres Ribeiro

Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Marcos Maia Porto
Maria Luiza Almeida Gusmão

Agência Nacional de Águas

Joaquim Guedes Correa Gondim Filho
José Luiz Gomes Zoby

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

Helen Norões Rolim
Andréa Olinto

Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente

Ricardo Ribeiro Haponiuk
Guilherme T. N. P. de Lima

ONG indicada pelo Conama (Sociedade Civil)

Ítalo Pompeo Sérgio Mazzarella
Leopoldo Cavaleri Gerhardinger

Subgrupo de Integração dos Estados Costeiros

Ana Maria Teixeira Marcelino (Representante NE)
Eduardo Trani (Representante S-SE)
Diana da Silva Castro (Representante N-NE)
Fabíola Pereira de Azevedo (Suplente N-NE)

Comunidade Científica

Marcus Polette (Univali)
Alexander Turra (USP)

Confederação Nacional do Comércio

Alexandre Sampaio de Abreu
Camila Beraldo

Confederação Nacional do Transporte
Luis Fernando Resano

Confederação Nacional da Indústria
Gabriel Calzavara de Araújo

**Confederação Nacional das Instituições
Financeiras**

Guilherme de França Teixeira

**Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e
Biocombustíveis**

Hélio Bisaggio
Luciene Ferreira Pedrosa

**Serviço Geológico do Brasil - Companhia Pesquisa
Recursos Minerais**

Hortência Maria Barboza de Assis
Márcio Martins Valle

Lista de Siglas

ANAMMA: Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
ANTAQ: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ABEMA: Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
CIRM: Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
Conama: Conselho Nacional do Meio Ambiente
CGERCO: Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro
CPRM: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
EMA: Estado Maior da Armada
G17: Subgrupo de Integração dos Estados Costeiros
GI-Gerco: Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro
Ibama: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IOUSP: Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MPF: Ministério Público Federal
MTPA: Transportes, Portos e Aviação Civil
MTur: Ministério do Turismo
ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEMA: Órgãos Estaduais do Meio Ambiente
PAF-ZC: Plano de Ação Federal para a Zona Costeira
PGI: Planos de Gestão Integrada
PNGC: Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PEGC: Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
PMGC: Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro
SECIRM: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SEP: Secretaria de Portos da Presidência da República
SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU: Secretária de Patrimônio da União
ZEEC: Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro

Sumário

1. Contexto e objetivos gerais	7
2. Elaboração do IV PAF-ZC (triênio 2017-2018)	7
3. Ações propostas	8
4. Planos de trabalho	10
5. Monitoramento	35

1. CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS

O Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro, criado pela Portaria Ministerial nº 440/MB, de 1996, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, tem como objetivo promover a articulação das ações federais incidentes na zona costeira. Para tanto, deve ser elaborado o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira, com vistas a apoiar a implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Conforme Portaria nº 488/MB, de agosto de 2013, compõem o GI-Gerco, com direito a voto, um representante de cada ministério, das secretarias especiais da Presidência da República, das agências reguladoras e empresas públicas com políticas incidentes na zona costeira, bem como os representantes de instituições de representação de setores econômicos e da sociedade civil.

O PAF-ZC é um instrumento do PNGC, instituído pela Lei nº 7.661/88, criado e regulamentado pelo Decreto nº 5.300/04. Visa o planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação e tem por objetivos: promover, entre os membros do GI-GERCO, ações integradas relacionadas à gestão costeira; priorizar ações que desenvolvam a capacitação de pessoal e das instituições quanto à implantação e avaliação dos instrumentos de gerenciamento costeiro já existentes e contribuir com experiências setoriais exitosas na busca de soluções inovadoras para a gestão costeira.

O Plano estabelece um referencial acerca da atuação da União na região, apresentando uma síntese das ações federais priorizadas para o planejamento e gestão da zona costeira. A quarta versão do PAF-ZC, para o triênio 2017-2019, é resultado de um processo de construção participativo, que contou com efetiva participação dos setores e grupos representados no GI-Gerco.

2. ELABORAÇÃO DO IV PAF-ZC (TRIÊNIO 2017-2018)

O VI PAF-ZC foi elaborado ao longo do ano de 2017, com as discussões e debates ocorrendo durante as sessões do GI-Gerco e a elaboração dos planos de trabalho sendo concluídas através da comunicação digital entre os membros do Grupo.

Antes da primeira sessão do ano (56ª), realizada em 06 de abril de 2017, a Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro, do Ministério do Meio Ambiente, solicitou aos membros do GI-Gerco o encaminhamento de sugestões de ações para o próximo PAF-ZC. Várias ações foram enviadas. No decorrer da sessão, novas propostas foram apresentadas, totalizando, ao

final, 16 ações. Como encaminhamento de pauta, foi deliberado que os proponentes de cada ação deveriam elaborar um plano de trabalho, de acordo com modelo apresentado e aprovado na sessão, com prazo máximo de envio à CGERCO até 30 de abril de 2017. Esse plano de trabalho conteria as informações básicas de cada ação, que seriam usadas durante a fase de monitoramento do IV PAF-ZC. A partir do plano de trabalho, cada coordenador de ação identificaria possíveis parceiros para execução da ação e detalharia o cronograma de trabalho.

Na sessão seguinte do GI-Gerco (57ª), realizada em 09 de agosto de 2017, foram apresentados e discutidos os planos de trabalho recebidos pela CGERCO (total de 9 ações), além de seis ações adicionais apresentadas no decorrer da sessão. Como encaminhamento da sessão, foi definida a data de 30 de setembro de 2017 para que os membros finalizassem os planos de trabalho e os enviassem à CGERCO, sendo que as ações que fossem similares deveriam ser unificadas pelos proponentes. Deliberou-se, ainda, que esse novo PAF-ZC teria duração de 3 anos (2017-2019) e que o mesmo seria aprovado na próxima sessão do GI-Gerco.

Assim, o IV PAF-ZC (2017-2019) foi considerado aprovado na 58ª Sessão do GI-Gerco, realizada em 18 de outubro de 2017, sendo composto por 18 ações, de acordo com o descrito na sequência.

3. AÇÕES PROPOSTAS

O IV PAF-ZC é composto por 18 ações, que buscam, através do diálogo e ação participativa dos membros do GI-Gerco, soluções para os problemas com incidência na Zona Costeira (Tab.1). Os prazos de execução possuíam o limite máximo de 3 anos, prazo de duração do IV PAF-ZC.

Tabela 1. Ações e cronograma do IV PAF-ZC (triênio 2017-2019)

Nº	Título	Coordenador	Prazo para conclusão
1	Plano de ação para o combate ao Lixo no Mar	Comunidade Científica	2º semestre de 2018
2	Macrodiagnóstico da zona costeira e marinha do Brasil	MMA	2º semestre de 2019
3	Projeto Alt-Bat	MMA	2º semestre de 2019
4	Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro (ENCOGERCO)	MMA	2º semestre de 2018
5	Procosta fase 1 – concepção, formalização e divulgação	MMA	1º semestre de 2018
6	Prevenção, Controle e Monitoramento Socioambiental nos Portos do Brasil	MTPA	2º semestre de 2018
7	Desenvolver metodologia de Avaliação dos Planos de Gestão Integrada	SPU	2º semestre de 2019

8	Promover ações de treinamento e capacitação voltadas para a zona costeira	Comunidade Científica	-
9	Integrar e articular o Projeto Orla aos Planos Diretores Municipais	Comunidade Científica	-
10	Ampliar o número de Estados com Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro (PEGC)	G17	2º semestre de 2019
11	Identificar e divulgar as boas práticas desenvolvidas pelo G17 e municípios costeiros relacionadas à gestão da zona costeira, marinha e flúvio-estuarina	G17	2º semestre de 2019
12	Identificar os estados que ainda não implantaram o ZEEC e acompanhar os que estão em fase de elaboração e implantação, visando o fortalecimento deste instrumento do PNGC	G17	2º semestre de 2019
13	Avaliar as ações efetivas dos Comitês da Orla Marítima e dos PGIs, considerando as modificações recentes da Lei 13.240/2015 e o Termo de Adesão, por intermédio das Comissões Técnicas Estaduais	G17	2º semestre de 2019
14	Regular o tráfego de veículos automotores e embarcações em área de praias	G17	2º semestre de 2018
15	Contribuir para a implementação do ODS 14 (Vida Subaquática) no Brasil	Sociedade Civil	2º semestre de 2019
16	Contribuir para a aprovação e implementação das ações presentes no PL 6.969/2013	Sociedade Civil	2º semestre de 2019
17	Desenvolver estudo de caso regional de governança costeira-marinha integrada para o Ecossistema Babitonga (Santa Catarina)	ANAMMA	2º semestre de 2019
18	Promover ações para divulgação e implementação da Lei nº12.340/15 e sua regulamentação sobre a transferência da gestão das praias urbanas aos municípios	MPF	2º semestre de 2019

4. PLANOS DE TRABALHO

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 1	Plano de ação para o combate ao Lixo no Mar	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	Política Nacional de Resíduos Sólidos (MMA) Projeto ORLA (SPU/MMA) Programa Cidades Sustentáveis (MMA)	
ODS associado	14: 14.1, 14.2 (Compromisso Voluntário nº 19.679)	
Problema e/ou conflito associado	Poluição Impactos ambientais e socioeconômicos	
Setores econômicos ou governamentais associados	Turismo, Transporte marítimo (SEP e ANTAq), Minas e energia, Pesca e aquicultura, Defesa, setor produtivo (cadeia produtiva dos resíduos), terceiro setor, academia, governos municipal e estadual	
Instrumento de gestão relacionado	Responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos (PNRS) Logística Reversa dos resíduos e embalagens pré-consumo e pós-consumo (PNRS) Macrodiagnóstico da Zona Costeira Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira Planos Municipal e Estadual de Gerenciamento Costeiro Planos Municipal e Estadual de Saneamento Planos Municipal e Estadual de Resíduos Sólidos Projeto Orla	
Objetivo(s)	Promover a integração multisetorial para prevenção e remediação dos resíduos sólidos no ambiente marinho	
Meta(s)	Realização do 1º Seminário para Combate ao Lixo no Mar Publicação do livro “Lixo nos mares: do entendimento à solução” (IOUSP/MMA) Publicação da História em Quadrinho “Esse lixo é seu?” (IOUSP/MMA/SECIRM/EMA) Proposição de ações concretas e articuladas para abordar a questão no Brasil de forma estruturante e integrada	
Coordenador	Comunidade Científica	
Produto	Relatório de avaliação dos seminários; livro “Lixo nos mares: do entendimento à solução”; história em quadrinho “Esse lixo é seu?”; relatório com a proposição de ações	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: 1º Seminário para Combate ao Lixo no Mar	11/2017
	Atividade 2: Publicação do livro “Lixo nos mares: do entendimento à solução”	10/2017
	Atividade 2: Publicação da História em Quadrinho “Esse lixo é seu?”	10/2017
	Atividade 4: Reuniões setoriais e multisetoriais (bimestrais)	10/2018
	Plano de ação para o combate ao Lixo no Mar	10/2018
	2º Seminário para Combate ao Lixo no Mar	10/2018
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Seminário organizado e realizado
	INDICADOR 2	Livro publicado
	INDICADOR 3	HQ publicada
	INDICADOR 4	6 reuniões realizadas

	INDICADOR 5	Relatório com a proposição de ações
	INDICADOR 6	Seminário organizado e realizado
Formas de Comunicação da ação	Webpage da ação, e-mails, publicações (livro e HQ), relatos em cada reunião/evento do GI-Gerco.	
Forma de implementação da ação em escala federal	Discussões setoriais que culminarão com a proposição de ações concretas e articuladas para abordar a questão no Brasil de forma estruturante e integrada	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Os estados estarão integrados nas discussões multisetoriais	
Forma de implementação da ação em escala municipal	Os municípios estarão integrados nas discussões multisetoriais	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 2	Macrodiagnóstico da zona costeira e marinha do Brasil	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)	
ODS associado	14	
Problema e/ou conflito associado	Ausência de informações setoriais atualizadas, sistematizadas e disponibilizadas sobre a zona costeira em escala nacional	
Setores econômicos ou governamentais associados	Público, privado e sociedade em geral	
Instrumento de gestão relacionado	O próprio	
Objetivo(s)	Produzir nova versão do Macrodiagnóstico da zona costeira e marinha do Brasil	
Meta(s)	Disponibilizar informações atualizadas sobre a zona costeira em escala nacional	
Coordenador	Ministério do Meio Ambiente	
Produto	Macrodiagnóstico produzido e disponibilizado	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Elaborar Termo de referência para contratação para execução	12/2017
	Atividade 2: Contratar executor	06/2018
	Atividade 3: Produzir nova versão do Macrodiagnóstico	12/2019
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Termo de referência elaborado
	INDICADOR 2	Executor trabalhando
	INDICADOR 3	Plataforma digital online
Formas de Comunicação da ação	Reuniões institucionais, eventos externos, mídias digitais	
Forma de implementação da ação em escala federal	Termo de Execução Descentralizada com instituição federal	
Forma de implementação da ação em escala Estadual		
Forma de implementação da ação em escala municipal		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 3	Projeto Alt-Bat	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	Plano Plurianual (PPA)	
ODS associado	14	
Problema e/ou conflito associado	Ausência de compatibilidade entre altimetria continental e batimetria marinha	
Setores econômicos ou governamentais associados	Público, privado e sociedade em geral	
Instrumento de gestão relacionado	Meta do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima	
Objetivo(s)	Apoiar o Comitê de Integração dos Componentes Verticais Terrestre e Marítima (CICVTM/CONCAR) no desenvolvimento de metodologia para a Integração das Altitudes Terrestres e Marítimas – Projeto Alt-Bat	
Meta(s)	Definir a metodologia de compatibilização dos componentes verticais terrestre e marítimo	
Coordenador	Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro/Ministério do Meio Ambiente	
Produto	Metodologia de compatibilização definida	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Reuniões do CICVTM	12/2019
	Atividade 2: Reuniões estaduais	
	Atividade 3: Participação em eventos científicos	
	Atividade 4: Acompanhar o desenvolvimento dos projetos pilotos de compatibilização (RJ, SC e PE/AL e litoral norte)	
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Número de reuniões do CICVTM
	INDICADOR 2	Número de reuniões estaduais
	INDICADOR 3	Número de eventos científicos
	INDICADOR 4	Número de projetos pilotos finalizados
Formas de Comunicação da ação	Reuniões institucionais, eventos externos, mídias digitais	
Forma de implementação da ação em escala federal	Através de articulações no CICVTM/Concar	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Através da articulação com Oemas e Universidades, unidades do IBGE e CPRM	
Forma de implementação da ação em escala municipal		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 4	Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro – ENCOGERCO	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	PNGC	
ODS associado	14	
Problema e/ou conflito associado	Baixa articulação institucional para o gerenciamento costeiro e ausência de fóruns nacionais para intercâmbio entre gestores públicos e academia	
Setores econômicos ou governamentais associados	Público, privado e academia	
Instrumento de gestão relacionado	Plano de Ação Federal da Zona Costeira Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro	
Objetivo(s)	Organizar o Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro – ENCOGERCO	
Meta(s)	Viabilizar e organizar o Encogercoco	
Coordenador	Ministério do Meio Ambiente	
Produto	Encontro realizado	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Definição do organizador do evento	07/2017
	Atividade 2: Elaboração de Termo de Execução Descentralizada (se houver disponibilidade de recursos)	01/2018
	Atividade 3: Acompanhar a organização do evento	07/2018
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Organizador definido
	INDICADOR 2	Termo de Execução Descentralizada publicado
	INDICADOR 3	Evento realizado
Formas de Comunicação da ação	Reuniões institucionais, eventos externos, mídias digitais	
Forma de implementação da ação em escala federal	Parceria entre CGERCO + comunidade científica + Oemas	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Parceria entre atores locais	
Forma de implementação da ação em escala municipal		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 5	Programa Nacional para Conservação da Linha de Costa (Procosta) fase 1 – concepção, formalização e divulgação	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima Plano Nacional de Recursos Hídricos	
ODS associado	14 (Compromisso Voluntário nº 19.679)	
Problema e/ou conflito associado	Erosão e inundação costeira, eventos extremos, intrusão salina, exploração desordenada da costa, com riscos e vulnerabilidades socioeconômicos ambientais	
Setores econômicos ou governamentais associados	Público, privado e sociedade em geral	
Instrumento de gestão relacionado	Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira	
Objetivo(s)	Estabelecer um programa de monitoramento, gestão e conservação da atual linha de costa e da Zona Costeira (Procosta)	
Meta(s)	Elaboração do documento técnico científico do programa Formalização institucional Lançamento e divulgação	
Coordenador	Ministério do Meio Ambiente	
Produto	Programa lançado	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Concepção do programa	09/2017
	Atividade 2: Formalização	11/2017
	Atividade 3: Lançamento	06/2018
	Atividade 4: Divulgação	Contínuo
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1 e 2	Documento publicado
	INDICADOR 2	Evento de lançamento realizado
	INDICADOR 3	Número de peças publicitárias divulgadas
Formas de Comunicação da ação	Evento de lançamento, reuniões institucionais, eventos externos, mídias digitais	
Forma de implementação da ação em escala federal	Planejamento estratégico do CGERCO e proposta de inclusão no novo PPA	
Forma de implementação da ação em escala Estadual		
Forma de implementação da ação em escala municipal		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019	
Ação 6	Prevenção, Controle e Monitoramento Socioambiental nos Portos do Brasil
Planos, Programas e Projetos em curso associados	<p>Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Efluentes Líquidos e Fauna Sinantrópica. Acompanhamento e Monitoramento de Programas e/ou ações de Prevenção</p> <p>Monitoramento e Controle de Espécies Bioinvasoras Aquáticas na área de influência dos Portos do Brasil</p> <p>Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e o Ministério do Trabalho, objetivando promover a inclusão de cooperativas e/ou associações de catadores e catadoras na coleta seletiva de matérias recicláveis e ações de economia solidária e educação ambiental nos Portos Públicos</p> <p>Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, doravante Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e o Serviço Social do Transporte/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SEST/SENAT</p>
ODS associado	12: 12.4, 12.5, 12.8; 15.8
Problema e/ou conflito associado	<p>Geração de resíduos</p> <p>Perda de Biodiversidade (Fauna Sinantrópica Terrestre e introdução de espécies exóticas aquáticas)</p> <p>Saúde Pública (entrada, disseminação de vetores endêmicos e pandemias)</p>
Setores econômicos ou governamentais associados	Secretaria Nacional de Portos - MTPA, Ministério do Trabalho - MTb, ANTAQ e possíveis parcerias como ANVISA e Ministério da Saúde – MS
Instrumento de gestão relacionado	<p>Lei nº 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)</p> <p>Decreto Nº 4.297, DE 10 de Julho de 2002 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE</p> <p>Resolução ANVISA RDC 56/2008: Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Sanitárias no gerenciamento de resíduos sólidos nas áreas de portos, aeroportos, passagens de fronteiras e recintos alfandegados;</p> <p>Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009: Dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam</p> <p>Portaria nº 104, de 29/04/2009 da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR - doravante denominado Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil/MTPA -, dispõe sobre a criação e estruturação do Setor de Gestão Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho nos Portos e Terminais Marítimos, bem como naqueles outorgados às Companhias Docas</p> <p>Instrução Normativa Nº 141 de 19 de dezembro de 2006 (Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva)</p> <p>Informe sobre as espécies exóticas invasoras marinhas no Brasil (2009) – Ministério do Meio Ambiente</p> <p>Convenção da Diversidade Biológica (CDB, 1992)</p> <p>Manual Integrado de Vigilância Epidemiológica da Cólera 2010. Ministério da Saúde</p>
Objetivo(s)	<p>Monitorar e acompanhar as ações de gerenciamento de resíduos sólidos, efluentes líquidos e Fauna Sinantrópica Nociva</p> <p>Realizar diagnose das espécies exóticas invasoras aquáticas no território portuário</p> <p>Estimular a expansão de cooperativas e/ou associações de catadores e catadoras na coleta seletiva de materiais recicláveis, com fomento às ações de economia solidária e educação socioambiental nos portos</p> <p>Incentivar as boas práticas da Relação Porto Cidade a fim de maximizar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos causados pela atividade portuária, por meio de capacitação e qualificação em Saúde, Segurança, Educação Ambiental e Social</p>

Meta(s)	Subsidiar a elaboração/atualização e implantação de PGRS em 35 Portos Subsidiar a implantação e/ ou fortalecer a coleta seletiva de materiais recicláveis e ações de economia solidária e educação ambiental em 10 Portos Elaborar diretrizes para prevenção, monitoramento e controle de espécies exóticas invasoras em 15 Portos Realizar ações de qualificação e capacitação em saúde, segurança e educação ambiental em 20 Portos	
Coordenador	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	
Produto	Relatório de atendimento das metas previstas de Prevenção, Controle e Monitoramento Socioambiental nos Portos do Brasil	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Relatório de acompanhamento e monitoramento das ações do 1º semestre/2017	30/06/2017 – 20%
	Atividade 2: Relatório de acompanhamento e monitoramento das ações do 2º semestre/2017	31/12/2017 – 20%
	Atividade 3: Relatório de acompanhamento e monitoramento das ações do 1º semestre/2018	30/06/2018 – 20%
	Atividade 4: Relatório final de acompanhamento e monitoramento das ações PAF 2017/2018	31/12/2018 – 40%
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	35 Portos com PGRS elaborado/ atualizado e implantado
	INDICADOR 2	10 Portos com Coleta Seletiva e ações de economia solidária
	INDICADOR 3	15 Portos com diagnose elaborada e plano de monitoramento de Espécies Invasoras Exóticas
	INDICADOR 4	20 Portos com pessoas qualificadas e capacitadas
Formas de Comunicação da ação	Site do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo – SIOP, Relatório de Gestão e demais instrumentos de comunicação oficial	
Forma de implementação da ação em escala federal	Visitas técnicas, assessoramento técnico, acompanhamento por meio de instrumento de gestão em parceria com as Companhias Docas, por meio de relatório individual de execução das ações	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Visitas técnicas, assessoramento técnico, acompanhamento por meio de instrumento de gestão em parceria com os Portos Delegados e Autorizados, por meio de relatório individual de execução das ações	
Forma de implementação da ação em escala municipal		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 7	Desenvolver metodologia de Avaliação dos Planos de Gestão Integrada	
Planos, Programas e Projetos em curso associados		
ODS associado	11: 11.3, 11.4	
Problema e/ou conflito associado	Urbanização Ocupação desordenada da orla	
Setores econômicos ou governamentais associados	Turismo, construção civil e setor imobiliário, governo municipal, setor portuário, comunidades tradicionais pesqueiras	
Instrumento de gestão relacionado	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Plano Nacional de Gestão do Patrimônio da União Projeto Orla Transferência da Gestão das Praias marítimas Urbanas aos Municípios Costeiros	
Objetivo(s)	Foi instituída pela Lei 13.240/2015 a possibilidade de transferir a gestão das praias urbanas aos Municípios por meio do termo de adesão, que se encontra disponível para assinatura. Um dos encargos previstos no instrumento é o prazo de 3 anos para apresentação do plano de gestão integrada da orla. Caso este encargo seja descumprido o instrumento é encerrado, voltando a gestão à SPU. Não há interesse que o termo seja cancelado, portanto, cabe a construção de uma estratégia de monitoramento e fomento para que estes planos sejam elaborados e analisados pelas SPU/UFs	
Meta(s)	Elaborar o modelo do relatório de gestão anual de modo a acompanhar a gestão municipal com foco na qualificação dos espaços Elaborar indicadores de qualificação das praias segundo os critérios: ambiental; acesso público; infraestrutura, serviços e equipamentos turísticos; transparência da gestão; e tratamento das reclamações dos usuários Fomentar a elaboração de PGIs, avaliar os PGIs entregues pelos Municípios e acompanhar a execução dos PGIs já elaborados	
Coordenador	Secretaria do Patrimônio da União	
Produto	Relatório anual de gestão; Indicadores de qualificação continuada; Desenvolvimento de estratégia de fomento para a elaboração dos PGIs pelos Municípios que assinaram o termo de adesão; Construção de metodologia para avaliação dos PGIs entregues com base no conteúdo exigido pelo termo de adesão e boas práticas reconhecidas; Construção de estratégia para acompanhamento da execução dos PGIs elaborados	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Elaboração do relatório anual de gestão	05/2018
	Atividade 2: Desenvolvimento dos indicadores que qualificação continuada	07/2018
	Atividade 3: Estratégia de fomento para elaboração de PGIs	12/2018
	Atividade 4: Construção de metodologia para avaliação dos PGIs	07/2019
	Atividade 5: Estratégia de acompanhamento da execução dos PGIs	12/2019
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Relatório anual de gestão publicado e disponibilizado
	INDICADOR 2	Indicadores publicados e disponibilizados
	INDICADOR 3	Estratégia publicada e disponibilizada
	INDICADOR 4	Metodologia publicada e disponibilizada

	INDICADOR 5	Estratégia publicada e disponibilizada
Formas de Comunicação da ação	WEB, Posters, videoconferências, reuniões, articulações com cursos de capacitação	
Forma de implementação da ação em escala federal	<p>Articulação interna da SPU para desenvolvimento de gerenciamento de base de dados e acompanhamento dos processos de adesão à gestão de praias</p> <p>Levantamento dos conteúdos básicos que comporão os produtos e disponibilização de atos e normativos significativos para a gestão costeira</p> <p>Contratação de consultoria especializada para desenvolvimento dos produtos 3, 4 e 5</p> <p>Ampla articulação com demais membros do GI-Gerco e AGU</p>	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Ampla articulação com o G17, Comissões Técnicas Estaduais do Projeto Orla, Associações de municípios, AGU e MPF	
Forma de implementação da ação em escala municipal	<p>Articulação e suporte aos Municípios que aderiram ao termo para a gestão de praias.</p> <p>Divulgação dos conteúdos básicos dos PGIs e aplicação das estratégias elaboradas</p> <p>Ações conjuntas de fiscalização</p>	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 8	Promover ações de treinamento e capacitação voltadas para a zona costeira	
Planos, Programas e Projetos em curso associados		
ODS associado	7; 14; 15	
Problema e/ou conflito associado	Erosão costeira Urbanização	
Setores econômicos ou governamentais associados	Turismo, construção civil e setor imobiliário, governos estadual e municipal, setor ambiental, portuário, energia, pesca artesanal, maricultura, entre outros	
Instrumento de gestão relacionado	ZEEC Sistema de Monitoramento Costeiro Relatório de Qualidade Ambiental Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro Projeto Orla SNUC	
Diretrizes e Ações da Política Nacional de Adaptação	Nenhum relacionado diretamente	
Objetivo(s)	Capacitar técnicos das prefeituras dos municípios costeiros acerca de temas relevantes associados aos seguintes temas: Ordenamento territorial e Plano Diretor Projeto Orla e a Lei 13.240/2015 Riscos Costeiros e mudanças climáticas globais Gestão de Praias	
Meta(s)	Desenvolver 5 cursos ao ano associados aos seguintes instrumentos de gestão costeira: Sistema de Monitoramento Costeiro, Relatório de Qualidade Ambiental, Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, Projeto Orla	
Coordenador	Comunidade Científica	
Produto	NÃO APRESENTADO	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	NÃO APRESENTADO	
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Número de cursos efetuados sobre gestão costeira (ou temas associados)/ano
	INDICADOR 2	Número de técnicos de prefeituras capacitados/ano
	INDICADOR 3	Número de universidades envolvidas no processo de capacitação/ano
	INDICADOR 4	% de conceitos: ótimo e muito bom obtidos na avaliação do curso
Formas de Comunicação da ação	WEB, Posters, Folders, Jornais locais e Aplicativos	
Forma de implementação da ação em escala federal	Levantamento das universidades federais com cursos correlatos às áreas das ciências do mar capazes de realizar capacitação nos temas abordado Apoio e participação dos órgãos federais nos cursos de capacitação	

	Elaboração de uma ementa integrada junto às universidades
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Levantamento das universidades estaduais com cursos correlatos às áreas das ciências do mar capazes de realizar capacitação nos temas abordados Apoio e participação dos órgãos estaduais nos cursos
Forma de implementação da ação em escala municipal	Levantamento da demanda de cursos junto às prefeituras Levantamento dos técnicos de prefeitura aptos para a elaboração do curso Estabelecimento de um plano de ensino com as ementas do curso Preparação do curso Implementação dos cursos para os técnicos dos municípios Avaliação dos cursos

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019	
Ação 9	Integrar e articular o Projeto Orla aos Planos Diretores Municipais
Planos, Programas e Projetos em curso associados	Projeto Orla está sendo aplicado em vários municípios costeiros brasileiros
ODS associado	11; 14; 15
Problema e/ou conflito associado	Erosão costeira Urbanização Falta de gestão e/ou administração das praias pelos municípios costeiros Ocupação de áreas públicas Falta de ordenamento no espaço marinho (Planejamento Espacial Marinho)
Setores econômicos ou governamentais associados	Turismo, construção civil e setor imobiliário, governo municipal, setor portuário, lazer, pesca artesanal e industrial, maricultura, entre outros
Instrumento de gestão relacionado	Sistema de Monitoramento Costeiro Relatório de Qualidade Ambiental Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro Projeto Orla Plano Diretor Zoneamento Ambiental Municipal
Diretrizes e Ações da Política Nacional de Adaptação	Realizar o Mapeamento Planialtimétrico da ZC Elaborar programa de aquisição de dados contínuos e padronizados (biótico e abiótico) Integrar e operar sistemas de informação e dados para monitoramento Integrar instrumentos de planejamento territorial nas diferentes esferas com foco na erosão costeira Determinar áreas prioritárias para intervenção Aperfeiçoar a integração entre a gestão costeira e a gestão de bacias Gerar conhecimento para diagnósticos, monitoramento e previsão do impacto e resposta Integrar políticas públicas para incrementar ações de caráter preventivo e corretivo Inserir a lente climática no Gerenciamento Costeiro
Objetivo(s)	Apresentar o Projeto Orla aos municípios costeiros brasileiros que ainda não o possuem Implementar e consolidar o Projeto Orla nos municípios costeiros brasileiros que já possuem o programa Diagnosticar o estado atual do Projeto Orla nos municípios costeiros Diagnosticar o estado atual dos Planos Diretores municipais entre os anos de 2006 a 2017. Diagnosticar as ações dos Comitês Gestores da Orla, bem como dos Conselhos das Cidades nos municípios costeiros
Meta(s)	Diagnosticar a situação atual dos Planos Diretores municipais em seis meses Diagnosticar a situação atual do Projeto Orla nos municípios em 6 meses Avaliar o processo de integração entre os Planos Diretores municipais e Projeto Orla em 12 meses.
Coordenador	Comunidade Científica
Produto	NÃO APRESENTADO
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade
	Prazo para conclusão
NÃO APRESENTADO	

Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Número de municípios com Projeto Orla na costa brasileira /ano
	INDICADOR 2	Número de Planos diretores implementados entre 2006 a 2017 na costa brasileira
	INDICADOR 3	Número de Planos Diretores em revisão após 2016 nos municípios costeiros
	INDICADOR 4	Número de municípios com ações integradas do Projeto Orla e do Plano Diretor na costa brasileira
	INDICADOR 5	Número de leis implementadas em função da integração do Projeto Orla e do Plano Diretor Municipal
	INDICADOR 6	Número de ações relacionadas ao Projeto Orla e Plano Diretor em reuniões dos Conselhos de Urbanismo e ou Projeto Orla.
	INDICADOR 7	Número e tipos de planos, programas e projetos de revitalização da Orla no litoral brasileiro
Formas de Comunicação da ação	WEB, Posters, Folders, Jornais locais e Aplicativos	
Forma de implementação da ação em escala federal	Levantamento qualitativo e quantitativo nos municípios que estão integrando e articulando Planos Diretores e o Projeto Orla na costa brasileira Articulação entre SPU e MMA junto aos OEMA a fim de avaliar a forma de integração e articulação dos Planos Diretores e Projeto Orla	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Levantamento nos municípios, e por setores costeiros, dos Projetos Orla realizados, assim como o atual estado dos mesmos. Levantamento nos municípios das leis de uso e ocupação do solo e Planos Diretores implementados em 2006, bem como os avaliados em 2016. Levantamento do estado dos Conselhos Gestores da Orla, bem como dos Conselhos de Urbanismo. Avaliar o grau de integração entre os Planos Diretores e Projetos Orla por meio de Oficinas e ou entrevistas com os municípios.	
Forma de implementação da ação em escala municipal	Levantamento do estado atual dos Planos Diretores Levantamento do estado atual do Projeto Orla Levantamento das ações realizadas pelo Projeto Orla Levantamento da estrutura e funcionamento dos Conselhos Gestores do Projeto Orla e dos Conselhos Gestores de Urbanismo Seminário Integrado entre Secretarias de Meio Ambiente, Secretaria de Turismo, SPU, e Secretarias de Planejamento Urbano a fim de avaliar o processo de integração entre o Projeto Orla e o Plano Diretor Estabelecer um programa integrado entre o Projeto Orla e o Plano Diretor Municipal	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 10	Ampliar o número de Estados com Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro (PEGC)	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	PNGC	
ODS associado	12: 12.2, 12.8, 12.b; 13: 13.1, 13.2, 13.b; 14: 14.1, 14.2, 14.5, 14.b; 15: 15.5, 15.9	
Problema e/ou conflito associado	Fragmentação e superposição de políticas, planos, programas, projetos e ações dos diferentes níveis de governo e dos agentes econômicos atuantes na ZC	
Setores econômicos ou governamentais associados	União, estados e municípios; turismo; urbanização; pesca artesanal; atividade portuária; produção de energia eólica; produção de petróleo e gás; carcinicultura; extração de sal marinho	
Instrumento de gestão relacionado	Planos diretores participativos e código de meio ambiente municipais, ZEEC, SIGERCO, SMA-ZC, RQMA-ZC, PGZC	
Objetivo(s)	Ampliar o número de estados com os PEGC elaborados e implantados	
Meta(s)	Estados com PEGC elaborados e implantados	
Coordenador	G17	
Produto	PEGC's elaborados e transformados em lei	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: formação de comitê gestor de articulação e integração (planejamento) para elaboração do PEGC.	2017
	Atividade 2: realização de oficinas em municípios polos para viabilizar a participação da sociedade civil.	2018
	Atividade 3: elaboração do texto de lei do PEGC com a participação do comitê gestor	2018
	Atividade 4: PEGC elaborado e encaminhado para os trâmites legais junto ao poder executivo e/ou legislativo	2019
	Atividade 5: PEGC transformado em lei	2019
	Atividade 6: Monitoramento da implantação do PEGC	A partir de 2019
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Comitê gestor de articulação e integração (planejamento)
	INDICADOR 2	PEGC elaborados
	INDICADOR 3	PEGC implantados
	INDICADOR 4	PEGC monitorados
Formas de Comunicação da ação	Oficinas, relatórios e mídias	
Forma de implementação da ação em escala federal	Apoio à capacitação de gestores e equipes técnicas estaduais para a elaboração dos PEGC's.	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Realização de parcerias com instituições de ensino e pesquisa para a elaboração do PEGC; realização das oficinas; elaboração do texto do PEGC; encaminhamento para os trâmites legais; divulgação do instrumento e implantação do Plano	
Forma de implementação da ação em escala municipal	Apoio à capacitação de gestores e equipes técnicas municipais para a implantação do PEGC; considerar as diretrizes do PEGC na elaboração dos instrumentos municipais de gestão territorial e ambiental	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 11	Identificar e divulgar as boas práticas desenvolvidas pelo G17 e municípios costeiros relacionadas à gestão da zona costeira, marinha e flúvio-estuarina	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	PEGC, ZEEC, PGI's, Planos Diretores	
ODS associado	8.9; 11: 11.3, 11.4, 11.6, 11.a, 11.b; 12.b; 13: 13.1, 13.2; 13.b; 14: 14.1, 14.2, 14.4, 14.5, 14.b; 15: 15.5, 15.9 a, b, c	
Problema e/ou conflito associado	Dificuldade na adoção de ações participativas em todo o processo de planejamento e na prática da gestão costeira integrada	
Setores econômicos ou governamentais associados	Estados e municípios; turismo; urbanização; pesca artesanal; empresas de coleta e tratamento de resíduos sólidos	
Instrumento de gestão relacionado	PEGC, PMGC, ZEEC, SIGERCO, SMA-ZC, RQMA-ZC, PGZC	
Objetivo(s)	Identificar, divulgar e potencializar as experiências exitosas junto a outros atores e regiões da ZC	
Meta(s)	Divulgação dos relatos e descrições das experiências exitosas na gestão da ZC	
Coordenador	G17	
Produto	Publicação <i>on line</i>	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Oficinas para registros de relatos de experiências	2017/2018
	Atividade 2: Relatórios das oficinas	2018
	Atividade 3: Seminário para divulgação das experiências	2019
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Boas práticas identificadas
	INDICADOR 2	Relatório das experiências
	INDICADOR 3	Boas práticas divulgadas
Formas de Comunicação da ação	Oficinas, relatórios e mídias	
Forma de implementação da ação em escala federal	Apoio para a realização das atividades	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Realização dos eventos em nível regional (Norte, Nordeste e Sul/Sudeste), seguindo a representação dos grupos do G17 no GI-Gerco. Um dos Estados se disponibiliza a receber os demais e cada um assume os custos de participação dos seus representantes	
Forma de implementação da ação em escala municipal	Participação nos eventos regionais e absorção das diretrizes do PEGC nos instrumentos municipais (Planos Diretores, Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro dentre outros instrumentos norteadores do uso e ocupação do solo e do uso dos recursos ambientais	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 12	Identificar os estados que ainda não implantaram o ZEEC e acompanhar os que estão em fase de elaboração e implantação, visando o fortalecimento deste instrumento do PNGC	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	PNGC, ZEEC	
ODS associado	11: 11.3, 11.4, 11.6, 11.a, 11.b; 12.2; 13: 13.2, 13.b; 14: 14.1, 14.5, 14.b; 15: 15.1, 15.2, 15.3, 15.5, 15.9	
Problema e/ou conflito associado	Uso e ocupação do solo desordenado na parte terrestre, erosão costeira, elevação do nível dos oceanos e conflitos de gestão no uso do espaço marinho	
Setores econômicos ou governamentais associados	Estados, Municípios, SPU, MMA, MTur, MAPA, turismo, agricultura, indústria, exploração de petróleo, carcinicultura, produção de energia, urbanização, pesca, atividade portuária, produção de sal marinho	
Instrumento de gestão relacionado	PEGC, PMGC, ZEEC, SIGERCO, SMA-GC, RQMA-ZC, PGZC, PGI's, Planos Diretores, Códigos de Meio Ambiente	
Objetivo(s)	Com base no diagnóstico desenvolvido pela Diretoria de Zoneamento Territorial do MMA, identificar a situação dos estados quanto aos ZEECs, visando estimular os que ainda não implementaram este instrumento	
Meta(s)	Ampliar o número de ZEEC's implantados	
Coordenador	G17	
Produto	ZEECs e sistema de acompanhamento para a implantação elaborados	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Apropriação do diagnóstico do MMA sobre ZEEC e identificação dos Estados que ainda não elaboraram os zoneamentos.	2017
	Atividade 2: Articulação entre os estados e o MMA para a elaboração dos zoneamentos	2017/2018
	Atividade 3: Definição e implantação de um sistema de acompanhamento dos ZEECs	2019
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Avaliação do ZEE realizada pelo MMA e identificação dos Estados sem ZEEC
	INDICADOR 2	Estados interessados em desenvolver e implantar o ZEEC
	INDICADOR 3	Número de estados com ZEEC implantados
Formas de Comunicação da ação	Divulgação através da mídia nos Estados e municípios envolvidos	
Forma de implementação da ação em escala federal	Disponibilização de informações; apoio para envolvimento de consultores para elaboração do ZEEC nos estados; parcerias MMA/OEMAs	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Disponibilização de informações e coordenação dos trabalhos do ZEEC; disponibilização de equipe técnica; articulação	
Forma de implementação da ação em escala municipal	Disponibilização de informações e de equipe técnica para participar do processo participativo da elaboração do ZEEC	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 13	Avaliar as ações efetivas dos Comitês da Orla Marítima e dos PGIs, considerando as modificações recentes da Lei 13.240/2015 e o Termo de Adesão, por intermédio das Comissões Técnicas Estaduais (CTE)	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	Projeto Orla; PEGC e PMGC	
ODS associado	11: 11.3, 11.6, 11.7, 11.a, 11.b; 12.2; 13: 13.1, 13.2, 13.b; 14: 14.5, 14.b; 15.9	
Problema e/ou conflito associado	Uso e ocupação do solo desordenado na parte terrestre, erosão costeira, elevação do nível dos oceanos e gestão de praias municipais	
Setores econômicos ou governamentais associados	Estados (G17), Municípios, SPU, MMA e MTur; Turismo, Urbanização, Pesca, Atividade Portuária, Comércio	
Instrumento de gestão relacionado	PEGC, PMGC, ZEEC, SIGERCO, SMA-GC, RQMA-ZC, PGZC e PGI's	
Objetivo(s)	Analisar a efetividade dos Comitês da Orla Marítima na elaboração e implantação dos PGIs, considerando as modificações recentes da Lei 13.240/2015 e o Termo de Adesão, por intermédio das Comissões Técnicas Estaduais	
Meta(s)	Revisão dos PGI's já elaborados, considerando as alterações legais e avaliando a efetividade dos Comitês de Orla Marítima em funcionamento	
Coordenador	G17	
Produto	Relatório	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Mobilização dos Comitês Gestores e a CTE	2017
	Atividade 2: Avaliação dos PGI's em implantação e dos Comitês em funcionamento	2018
	Atividade 3: Relatório elaborado	2019
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	PGI's e Comitês avaliados
	INDICADOR 2	PGI's implantados e Comitês em funcionamento adotando a nova legislação
Formas de Comunicação da ação	Relatórios e mídias	
Forma de implementação da ação em escala federal	Divulgação através da mídia	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Disponibilização de informações; apoio aos municípios; disponibilização de equipe técnica; articulação; parcerias	
Forma de implementação da ação em escala municipal	Disponibilização de informações e de equipe técnica para participar do processo de avaliação; divulgação dos resultados	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 14	Regular o tráfego de veículos automotores e embarcações em área de praias	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	PGI's, PDP, PEGC, PGZC	
ODS associado	11: 11.3, 11.6, 11.7, 11.a, 11.b; 12.2; 13: 13.1, 13.2, 13.b; 14: 14.5, 14.b; 15.9	
Problema e/ou conflito associado	Uso das praias por veículos automotores para passeio turístico e rally's, conflitando com: ocupação de espaços destinados a petrechos de pesca artesanal; usuários das praias gerando acidentes; lazer das populações de núcleos residenciais e de veraneio; usuários de equipamentos turísticos e <i>resorts</i> ; circulação de pedestres; reprodução das tartarugas marinhas em geral, com destaque para as espécies em extinção	
Setores econômicos ou governamentais associados	MTur, MMA, ICMBio, Secretarias de Turismo e de Meio Ambiente estaduais e municipais; departamentos de trânsito	
Instrumento de gestão relacionado	PEGC, PMGC, ZEEC, SIGERCO, SMA-GC, RQMA-ZC, PGZC, PGI's e SMC	
Objetivo(s)	Propor rotas alternativas que permitam assegurar a demanda pelos passeios turísticos nas praias em veículos automotores visando manter esta atividade com sustentabilidade	
Meta(s)	Ampliar o número de estados costeiros que já normatizaram o uso das praias por veículos automotores	
Coordenador	G17	
Produto	Instrumentos legais estaduais e/ou municipais elaborados e aprovados	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Levantamento de dados sobre a circulação de veículos nas praias	2017
	Atividade 2: Realização de oficinas junto aos comitês gestores da orla com a participação de convidados (associações de bugueiros, empresas de aluguel de quadriciclos, concessionárias de veículos 4X4)	2017/2018
	Atividade 3: Elaboração e aprovação da norma	2018
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Número de estados e/ou municípios que desenvolveram oficinas com este objetivo
	INDICADOR 2	Número de estados e/ou municípios que elaboraram a norma
	INDICADOR 3	Número de estados e/ou municípios que aprovaram a norma
Formas de Comunicação da ação	Mídias locais e estaduais	
Forma de implementação da ação em escala federal	Divulgação na mídia e inclusão de recomendação no Plano Nacional de Turismo	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Mobilização dos atores sociais em nível do Estado através da CTE	
Forma de implementação da ação em escala municipal	Mobilização dos atores sociais através dos Comitês Gestores do Orla	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 15	Contribuir para a implementação do ODS 14 (Vida Subaquática) no Brasil	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC); PNRH; políticas de ciência, tecnologia, participação social, inclusão digital; políticas de conservação da biodiversidade aquática; Lei de crimes ambientais; Relatório Pesca Vital; 1o Autodiagnóstico das Redes costeiras e Marinhas Brasileiras; Painel Brasileiro de Biodiversidade; regulamentações CONAMA; Relatórios do Governo, UNESCO e Sociedade Civil sobre ODS14; Planos Diretores; Projeto Orla; PNMA; SNUC; PNAP; Acordo de Paris; Marco de Sendai; políticas nacionais de adaptação a mudanças climáticas; licenciamento ambiental; NORMANs; e demais políticas públicas relacionadas ao ecossistema costeiro e marinho, Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas	
ODS associado	14	
Problema e/ou conflito associado	Ausência de mecanismo de controle e participação social nas políticas públicas ligadas ao Oceano, principalmente às relacionadas ao ODS 14	
Setores econômicos ou governamentais associados	Público, privado e sociedade em geral	
Instrumento de gestão relacionado		
Objetivo(s)	Incentivar a participação da sociedade civil, sejam elas redes de conhecimento, organizações não-governamentais e/ou movimentos sociais na implementação e discussão das políticas públicas ligadas às questões costeiras e marinhas, principalmente relacionadas ao ODS 14	
Meta(s)	Garantir a participação da sociedade civil em processos decisórios para a gestão costeira e marinha no Brasil	
Coordenador	Sociedade Civil	
Produto	Relatório final de atividades para publicação	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Desenvolver sistema de indicadores quali-quantitativos para o monitoramento das metas relativas ao ODS14 no Brasil	09/2018
	Atividade 2: Desenvolver estudo colaborativo sobre as interações entre ODS14 e demais ODS no Brasil, de modo a elucidar caminhos para a transição para uma economia azul de baixo carbono no Brasil	11/2019
	Atividade 3: Desenvolvimento de banco de dados para monitoramento e controle social das políticas públicas (ex., urbana, setoriais e ambientais) para o desenvolvimento sustentável do mar brasileiro	12/2018
	Atividade 4: Conduzir reuniões de trabalho regionais entre as Procuradorias da República do Ministério Público Federal e organizações da sociedade civil, com o objetivo de colher informações para estruturação de banco de dados	11/2019
	Atividade 5: Realizar dois seminários (2018 e 2019) com instituições públicas para avaliar a implementação das Diretrizes Internacionais para a Pesca Artesanal no Brasil	11/2019
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Relatório contendo os indicadores quali-quantitativos desenvolvidos colaborativamente e aplicados às metas do ODS 14 publicado e apresentado ao GI-Gerco

	INDICADOR 2	Relatório sobre as interações entre ODS e respectivas recomendações para a transição rumo a uma economia de baixo carbono publicado e apresentado ao GI-Gerco
	INDICADOR 3	Banco de dados sobre políticas públicas desenvolvido e disponível para consulta e contribuição popular
	INDICADOR 4	Registro e relatórios das reuniões com o MPF e SC e apresentados ao GI-Gerco
	INDICADOR 5	Registros dos seminários realizados e respectivos relatórios encaminhados para as instituições competentes e apresentados ao GI- Gerco
Formas de Comunicação da ação	Reuniões, eventos, mídias digitais	
Forma de implementação da ação em escala federal	Aprimorar o SISNAMA em relação aos assuntos de mar e costa Coordenação das ações realizadas a partir dos contatos dos pontos focais das redes/orgs costeiras e marinhas	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Envolvimento das equipes técnicas do Gerco/Orla, do Ministério Público, das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e fóruns colegiados relacionados	
Forma de implementação da ação em escala municipal	Incentivo à criação e consolidação de políticas públicas para mar e costas nos municípios (ex., UCs de uso sustentável nas zonas urbanas e periurbanas e proteção integral, nas zonas rurais; projeto Orla, etc.)	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 16	Contribuir para a aprovação e implementação das ações presentes no PL 6.969/2013	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC); PNRH; Lei de crimes ambientais; regulamentações CONAMA; Projeto Orla; PNMA; SNUC; PNAP; PNMC	
ODS associado	14	
Problema e/ou conflito associado	Estabelecimento de um marco regulatório para mar e costas que possa integrar as atividades produtivas com ações de conservação, criar um bioma marinho, e instituir o mecanismo do Planejamento Espacial Marinho	
Setores econômicos ou governamentais associados	Público, privado e sociedade em geral	
Instrumento de gestão relacionado		
Objetivo(s)	Instituir a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e buscar mecanismos e sinergias para sua implementação	
Meta(s)	Reunir com entidades governamentais, e com demais Ministérios para buscar oportunidades de atuação conjunta no âmbito do PL 6.969/2013 e discutir formas de articular sua aprovação junto ao Congresso Nacional	
Coordenador	Sociedade Civil	
Produto	Reuniões interministeriais para debater o PL 6.969/2013	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Reuniões com o IBGE para consensuar termos técnicos para a definição do bioma costeiro e marinho	06/2018
	Atividade 2: Atuar junto com o MPF no debate sobre o PL 6969/2013	12/2018
	Atividade 3: Seminário para debater os instrumentos previstos no PL 6969/2013	12/2018
	Atividade 4: Apoiar a discussão nacional, através de reuniões e audiências públicas, sobre o planejamento espacial marinho e as demais ferramentas do PL	12/2019
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	NT do IBGE com definição sobre o bioma costeiro e marinho
	INDICADOR 2	Contribuições diversas ao texto do PL em formato de emendas
	INDICADOR 3	Relatório do Seminário sobre o PL 6969/2013
Formas de Comunicação da ação	Reuniões, eventos, mídias digitais e ofícios	
Forma de implementação da ação em escala federal		
Forma de implementação da ação em escala Estadual		
Forma de implementação da ação em escala municipal		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 17	Desenvolver estudo de caso regional de governança costeira-marinha integrada para o Ecossistema Babitonga (Santa Catarina)	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	<p>Iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Itapoá em parceria com a ANAMMA para harmonização de ações administrativas e uniformização da política ambiental em nível regional relativas ao Gerenciamento Costeiro, de acordo com os incisos III e IV do Art. 3º, da Lei 140/2011</p> <p>Iniciativa do Ministério Público Federal, IBAMA, ICMBio e Universidade da Região de Joinville para aplicação de recursos de multa ambiental em iniciativas de gestão ambiental pública com base ecossistêmica, como o planejamento espacial marinho e o fomento a redes locais de ecocidadania em cada município do entorno da baía Babitonga (ex. Projeto Babitonga Ativa)</p> <p>Grupo Pró-Babitonga (fórum colegiado regional que contempla 26 representantes do poder público e dos segmentos socioeconômico e socioambiental) está analisando cenários para a gestão integrada do Ecossistema Babitonga, incluindo a estruturação de um Plano de Gestão Ecossistêmica e um Mecanismo Financeiro regional para a sustentabilidade de ações em longo prazo</p> <p>Iniciativa de ampliação da abrangência do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Cubatão-Cachoeira para todo o complexo hídrico que envolve a baía Babitonga</p> <p>Iniciativa do IBAMA de elaboração do Plano de Área e um estudo de caso para a unificação dos programas de monitoramento ambiental no âmbito das condicionantes do licenciamento ambiental na baía Babitonga</p> <p>Iniciativa do Governo de Santa Catarina de criação do GT SC-Babitonga, com vistas à implementação do zoneamento ecológico econômico</p> <p>Ações para a conservação da biodiversidade na Babitonga recomendadas pelo PAN-Manguezal, PAN-Pequenos cetáceos, PAN-Toninhas, Comitê de Especialistas da Comissão Internacional Baleeira, Portarias 444/445 de espécies ameaçadas, PAN-Corais, PAN-Elasmobrânquios e Áreas Prioritárias para a Conservação da Natureza</p>	
ODS associado	14	
Problema e/ou conflito associado	Embora exista uma fragmentação e baixa eficiência na gestão ambiental pública costeira e marinha na região da baía Babitonga (acirrando conflitos entre segmentos da sociedade), novas oportunidades de ações integradas surgiram nos últimos anos, podendo demonstrar soluções replicáveis para outras regiões costeiras do país	
Setores econômicos ou governamentais associados	Seis municípios do entorno da Baía Babitonga (Itapoá, Garuva, Joinville, Araquari, São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Secretaria de Estado de Planejamento (Governo de Santa Catarina); Governo Federal (ICMBio, Ibama, SEP/MP, Antaq); representantes dos segmentos público, socioeconômico (pesca, transporte aquaviário, Turismo e Lazer, mineração e maricultura) e socioambiental (organizações não governamentais e universidades) no Grupo Pro Babitonga	
Instrumento de gestão relacionado	Planos Nacional e Estadual de Gerenciamento Costeiro, PNRH 2016-2020, SNUC, Código Estadual do Meio Ambiente (lei nº 14.675/2009)	
Objetivo(s)	Desenvolver um estudo de caso de integração das políticas de gestão ambiental pública e desenvolvimento sustentável.	
Meta(s)	Demonstrar a aplicação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Nº 14 para orientar políticas públicas territoriais, oferecendo um estudo de caso que ilumine caminhos para a gestão ambiental pública a partir de modelos inovadores de parceria entre os atores sociais.	
Coordenador	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente	
Produto	Relatório Final sobre o Estudo de Caso Regional de Integração de Instrumentos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Zona Costeira no Ecossistema Babitonga.	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Seminário científico para delinear um modelo de programa unificado de monitoramento socioambiental do Ecossistema Babitonga	10/2018
	Atividade 2: Reuniões semestrais de acompanhamento das atividades de integração das ações administrativas públicas e do	11/2019

	Grupo Pro Babitonga (ex. atividades de planejamento espacial marinho) com os projetos Orla municipais e Gerenciamento Costeiro Estadual	
	Atividade 3: Elaboração de Plano de Sustentabilidade Financeira (estratégia de captação e gestão de ativos e política de investimentos) para a gestão ambiental pública no Ecossistema Babitonga, buscando contribuições de iniciativas no âmbito do governo estadual e federal (ex., Fundo Azul/MMA)	06/2018
	Atividade 4: Seminário regional sobre "Mentalidade Marítima" com o objetivo de refletir sobre políticas integradas de educação ambiental na zona costeira da baía Babitonga	11/2018
	Atividade 5: Reuniões semestrais com o Departamento de Recursos Hídricos do MMA, a Gerência Costeira e a Câmara Técnica de Integração da Gestão Costeira das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira para contribuir com a execução da Prioridade 16 do PNRH 2016-2020: "Integrar as zonas costeiras ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos" (Resolução No 181/16, do CNRH)	11/2019
	Atividade 6: Conduzir metodologia participativa de 'planejamento de cenários transformativos' para traçar caminhos de longo prazo para a regeneração do Ecossistema Babitonga (ex., abertura do Canal do Linguado)	06/2019
	Atividade 7: Seminário institucional de fomento à consolidação dos Instrumentos do Gerenciamento Costeiro na regional do litoral norte de Santa Catarina	09/2017
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Seminário organizado e realizado
	INDICADOR 2	Reuniões organizadas e realizadas
	INDICADOR 3	Desenvolvimento do Plano
	INDICADOR 4	Seminário organizado e realizado
	INDICADOR 5	Reuniões organizadas e realizadas
	INDICADOR 6	Desenvolvimento e consolidação da metodologia
	INDICADOR 7	Seminário organizado e realizado
Formas de Comunicação da ação	Reuniões institucionais, eventos externos, mídias digitais	
Forma de implementação da ação em escala federal		
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Articulação com Estado, Academia, Sociedade Civil e ANAMMA	
Forma de implementação da ação em escala municipal	Articulação com os Governos Municipais, Associações Regionais de Municípios, ANAMMA, Sociedade Civil e Universidades	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
Ação 18	Promover ações para divulgação e implementação da Lei nº12.340/15 e sua regulamentação sobre a transferência da gestão das praias urbanas aos municípios	
Planos, Programas e Projetos em curso associados	MPF-GERCO	
ODS associado	14	
Problema e/ou conflito associado	Dúvidas e desconhecimento sobre os efeitos da transferência por parte dos atores	
Setores econômicos ou governamentais associados	Governo Municipal e Órgãos Ambientais Estaduais	
Instrumento de gestão relacionado	Projeto Orla Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro	
Objetivo(s)	Capacitar as Secretarias do Patrimônio da União, Membros do MPF, órgãos ambientais, Advogados da União e Prefeituras a exercer suas atribuições/competências	
Meta(s)	Organização de oficinas de trabalho com a apresentação dos cenários previstos	
Coordenador	Ministério Público Federal	
Produto	Manual/Roteiro de Gestão das Praias	
Cronograma (atividades e prazos)	Atividade	Prazo para conclusão
	Atividade 1: Oficina Sudeste	12/2017
	Atividade 2: Oficina Nordeste	06/2018
	Atividade 3: Oficina Sul	12/2019
Indicador(es) de Efetividade	INDICADOR 1	Número de Oficinas de trabalho realizadas
	INDICADOR 2	Número de Órgãos participantes das oficinas
	INDICADOR 3	Número de demandas judiciais sobre o tema
Formas de Comunicação da ação	E-mails, whatsapp e comunicação interna pelos representantes dos órgãos	
Forma de implementação da ação em escala federal	Apoio dos órgãos centrais	
Forma de implementação da ação em escala Estadual	Apoio dos órgãos estaduais e Gercos	
Forma de implementação da ação em escala municipal	Apoio aos Municípios com liberação dos técnicos para participação	

5. MONITORAMENTO

As ações do IV PAF-ZC serão monitoradas em todas as sessões do GI-Gerco de 2018 e 2019. Cada coordenador deverá apresentar as atividades já executadas, os resultados obtidos, as dificuldades encontradas e possíveis formas de resolução para deliberação em plenária.

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

